

**SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL**

Processo Administrativo nº 10265.363209/2023-29

Termo Aditivo nº 1/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE/MS E MOSKO LTDA.

A União, por intermédio da **Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande/MS**, com sede na Av. Des. Leão Neto do Carmo nº3, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, CEP 79037-902, inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0066-97, neste ato representada pelo Supervisor Técnico da Equipe Regional de Trabalho de Gestão e Fiscalização de Contratos, definido como tal pela portaria SRRF01 nº 43, de 25 de maio de 2021, publicada no Boletim de Serviço nº 97, de 26/05/2021, e alterações, o Senhor **Flávio Bueno de Figueiredo**, portador da matrícula funcional nº 1536826, nomeado pela Portaria RFB nº 15, de 02 de janeiro de 2015, Chefe do Serviço de Programação e Logística da Delegacia de Goiânia, no uso das atribuições que lhe conferem os Incisos I e IV, do artigo 366 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada na Seção 1 do DOU de 27 de julho de 2020, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **Mosko Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.977.901/0001-17, sediada na Av. Panamericana 295, Conjunto habitacional Estrela D'alva II, Campo Grande/MS, CEP 79034-722, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por **Luís César Mosko**, sócio administrador, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 10265.363209/2023-29 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 27/05/2025 até 27/05/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e a concessão de reajuste dos valores contratuais, com efeitos financeiros a partir de 11/11/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R\$ 547,54 (quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando o valor global de R\$ 13.140,96 (treze mil, cento e quarenta reais e noventa e seis centavos), conforme descrito nas Cláusulas Quinta e Sétima do Contrato.

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 170109 – DRFCGE;
- II) Fonte de recursos: 1032000000;
- III) Programa de trabalho: 171552;
- IV) Elemento de despesa: 339030;
- V) Plano interno: OUTRCUSTEIO;
- VI) Nota de empenho: 2025NE000023.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. CLÁUSULA QUINTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS

5.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

6. CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Brasília, 25 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente
LUIS CESAR MOSKO
Data: 26/03/2025 15:15:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal da Contratante

Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 31/03/2025 17:05:56 por Flavio Bueno de Figueiredo.

Documento assinado digitalmente em 31/03/2025 17:05:56 por FLAVIO BUENO DE FIGUEIREDO.

Esta cópia / impressão foi realizada por LORENA TEODORO ALVES LOPES DE FIGUEIREDO em 01/04/2025.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP01.0425.21459.IOCL

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
767785DCB34C4BFB5C53B49F24CB2ED39252D2071AA3515103FD2CB9F3372D8A